



1 **CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM – UNIDADE**
2 **REGIONAL COLEGIADA SUL DE MINAS. Ata da 139ª Reunião Ordinária**
3 **realizada no Auditório do Centro Administrativo Regional Sul de Minas – Avenida**
4 **Manoel Diniz, nº 145, Bairro Industrial JK, Varginha, Minas Gerais, no dia 03 de**
5 **abril de 2017, às 13h30min.**

6
7 Em 03 de abril de 2017, reuniu-se a Unidade Regional Colegiada Sul de Minas (URC Sul
8 de Minas) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sede regional do
9 Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema), em Varginha, Minas Gerais. Participaram os
10 seguintes membros titulares e suplentes: Hildebrando Canabrava Rodrigues Neto,
11 representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
12 (SEMAD); Juliano Órnis Landim da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional,
13 Política Urbana e Gestão Metropolitana (Sedru); Marta de Lourdes Carvalho Maciel e
14 Márcia Murad da Secretaria de Estado da Educação – SEE; Carlos Alberto de Paula e
15 Silvano Rostolato da Secretaria de Estado e Planejamento de Gestão – SEPLAG; Caio
16 César de Lima da Secretaria de Estado e Transporte e Obras Públicas – SETOP; Bérqson
17 Cardoso Guimarães do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; 2º Tenente PM
18 Adenilson de Carvalho da Polícia Militar de Minas Gerais; Jaara Alvarenga Cardoso
19 Tavares da Prefeitura Municipal na área de abrangência da URC; Renato Oliveira Aguiar
20 do Comitê de Bacia Hidrográfica – CBH do Rio Sapucaí- GD5 ; Carlos Renato Viana,
21 representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); José Carlos
22 D’Alessandro Bueno da FAEMG; Antônio Francisco da Silva da FEDERAMINAS; João
23 Paulo Calori Gomes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas
24 Gerais – FETAEMG; Antônio Francisco da Silva da Federação das Associações
25 Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais –
26 FEDERAMINAS; Paulo Roberto Machado Carvalho do Conselho Municipal de Meio
27 Ambiente – CODEMA de Ijaci; Donizete Leão de Miranda, do Conselho Regional de
28 Engenharia e Agronomia (Crea) ; Antônio José Ernesto Coelho, da Associação de Proteção
29 Ambiental de Varginha e Região (APAVAR); Douglas Dávila da Organização Social de
30 Interesse Público Canal Verde Defender; Professor Rogério Grosseto Teixeira da Cunha da
31 Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL; Soraya Alvarenga Botelho da Universidade
32 Federal de Lavras – UFLA. **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.**
33 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O Presidente Hildebrando
34 Canabrava Rodrigues Neto declarou aberta a 139ª reunião da Unidade Regional Colegiada
35 Sul de Minas. Presidente Hildebrando Canabrava Rodrigues Neto: “Para iniciar, gostaria de
36 me apresentar, meu nome é Hildebrando Canabrava Rodrigues Neto, sou servidor de
37 carreira da SEMAD. Eu trabalhei oito meses na equipe técnica da SUPRAM Alto São
38 Francisco com processo de mineração e outorga, basicamente. Depois assumi o NUDEC,
39 fiquei um ano trabalhando com auto de infração. Acredito que eu possa ajudar bastante. E
40 com órgãos de controle. Há seis meses eu assumi a superintendência da SUPRAM Alto São
41 Francisco, em Divinópolis. É a primeira reunião que venho presidir, espero que possa
42 auxiliar no andamento da reunião. **3) Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.**
43 A SUPRAM tem destaque, vai fazer uma apresentação da Diretoria de Fiscalização. Mais
44 algum conselheiro tem destaque? Ministério Público o Dr. Bérqson”. Conselheiro Bérqson



45 Cardoso Guimarães: “Boa tarde. Na verdade, na última reunião que eu participei, tive a
46 oportunidade até de fazer uma despedida formal dos colegas, dentro da perspectiva de que
47 o MP não iria participar mais, mesmo aqui nas URCs. Era um momento de indefinição, na
48 verdade até mesmo institucional, se haveria continuação do MP que não participa mais das
49 câmeras técnicas, onde se decide, realmente, o mérito, se acompanha realmente os
50 empreendimentos, de importância houve-se de certa forma o esvaziamento da atuação do
51 COPAM muito concentrada na análise de atuações. Na verdade, o Ministério Público,
52 depois disso, definiu da nossa participação, que seria importante nossa participação também
53 aqui. Eu continuo pensando que é um pouco complicado ainda a participação do MP, até
54 nesse novo perfil, dado que a gente julga aqui essencialmente atuações, e essas atuações
55 são todas encaminhadas para o MP que tem que fazer o juízo de mérito. E, a gente,
56 julgando essas atuações aqui fica um pouco complicado. Eu queria fazer uma
57 manifestação, até aproveitando um assunto que eu estava desenvolvendo com o Paulo, mas
58 eu já tinha deliberado dentro das minhas anotações, que eu queria a oportunidade de
59 explicar um pouco sobre isso. O que me chamou a atenção no sentido dessa fala, é o que
60 conta de uma atuação, me parece que Aviário Santo Antônio que está pautado para hoje.
61 Há uma referência, um TAC com o MP. O que ocorre? Todos sabem que há vários
62 conceituando, um tipo de TAC, que a Administração Pública faz, que a SEMAD, a
63 SUPRAM faz, que estão sendo chamados de TAC administrativo. O que difere muito do
64 Termo de Compromisso. Muitas vezes se usa esse nome e as pessoas confundem. O MP
65 tem a obrigação institucional, de apurar a reparação do dano. O que é isso? É reparar o
66 dano ambiental. De que forma isso pode ser reparado? Então, nesse sentido o MP faz a
67 investigação possível, e muitas vezes retunda em um acordo extrajudicial na reparação do
68 dano. Isso se a parte há interesse nisso. Então, a área administrativa é um outro padrão de
69 análise, a área civil é um outro padrão. Temos também a área penal, que para ser analisado
70 aquilo tem que estar tipificado, ou seja, tem que estar escrito na lei que aquilo é crime. Pois
71 bem, nesse trabalho do MP, o que eu julgo importante e sempre tenho falado isso, gostaria
72 aqui de aproveitar essa oportunidade, nós temos sempre que direcionar para a chamada
73 mediação de conflitos. Qual é a perspectiva do MP? Mais resolutivo e menos demandistas.
74 Porque os problemas estão cada vez maiores em nossa sociedade de massas, a questão da
75 contaminação de corpos hídricos, é cada vez maior. O Estado não dá conta, os órgãos de
76 regulação não dão conta, não fiscalizam, não porque não quer, mas porque não tem a
77 estrutura devida. Nós estamos licenciando, às vezes, só batendo carimbo, desculpe falar
78 dessa forma, o MP também muitas vezes não consegue trazer um retorno de resultados
79 concretos a sociedade, porque ele tem, às vezes, o judiciário entende de outra forma, existe
80 uma série de barreiras, recursos, ações. Então, essa tentativa de mediação de conflitos
81 através de acordos de vistas e judiciais tem sido uma linha de atuação bastante importante
82 dentro do MP nós temos investido, quando eu digo investido é no sentido intelectual de
83 estudo, estrutural nesse sentido. Nessa linha de atuação, o MP tem trabalhado com o
84 terceiro setor. O terceiro setor são Oscips, ONGs, associações, e foi montada a chamada
85 plataforma semente que é uma plataforma, também eletrônica, aonde se habilita um projeto
86 específico de cada Comarca. Então, se há um recurso em um determinado município, o
87 promotor fez um TAC, ou há um recurso de um fundo, de uma ação judicial, de uma
88 sentença, aquele recurso tem que voltar para o local do dano, na compensação, na



89 restauração, no pagamento de serviços ambientais, na recuperação de nascentes, na
90 avaliação técnica de áreas degradadas. Dentro dessa perspectiva, é apresentada a plataforma
91 Semente, a associação ou a pessoa que tem o projeto inscreve, e aquilo é analisado no
92 âmbito do C Mais, que é uma Oscip do terceiro setor, até o nome é intersetoriais, dentro
93 dessa plataforma. Este trabalho tem se desenvolvido também, dado que nossa área de
94 atuação é de 176 municípios, pela coordenadoria da qual cabe a mim dirigir, a
95 Coordenadoria situada em Lavras. Temos trabalhado com ONGs e Oscips específicas que
96 fazem, se interessam, que tem o termo de cooperação técnica com o MP. Então, essas
97 ONGs, se elas sentem habilitadas tecnicamente, elas se inscrevem na Plataforma Semente,
98 apresentam o projeto, e esses projetos vão sendo executados. Porque isso me chamou a
99 atenção? Viana falou sobre uma reunião do Comitê de Bacias, e alguém faliu, cadê o TAC
100 da Danone, cadê o dinheiro do TAC da Danone? Tudo isso tem que ser definido na
101 plataforma semente. Isso já foi feito, nós já fizemos vários workshops em Jacutinga, né,
102 explicamos o C Mais, ficou lá três, quatro dias explicando as pessoas. Mas há projetos e há
103 projetos. E na verdade, a Oscip Arpa, que foi organizada em Lavras, tem sido mais
104 proeminente nessa atuação com o MP, viu Paulo? Ou seja, não porque, tem esse problema
105 de ela ser vista como um braço do MP, mas se é o MP que está apoiando diretamente,
106 tentando levantar isso, chamando a sociedade civil a participar, né. E é claro que muitas
107 vezes é um trabalho voluntário, tem pessoas empregadas. O MP tem procurado divulgar,
108 ver o que tem sido feito. Outras ONGs também que queiram se habilitar no local a questão
109 da Plataforma Semente, isso é possível. Mas, só que dado esse trabalho de convencimento
110 algumas instituições do terceiro setor tem sido mais proeminentes, como é o caso da Arpa.
111 Que até a gente também não tem muita opção com quem trabalhar no terceiro setor nas
112 cidades não, essa que é a verdade. Porque tem ONGs e ONGs. INGs e ONGs, né? Dizem
113 que tem até as INGs aí né? Indivíduo não governamental, dizem que tem muitos aí, até
114 mais que ONGs. Então eu queria só explicar essa situação. Por quê que eu estou falando
115 isso? Porque há uma autuação aqui, de que há um TAC em que o empreendedor até se
116 defendeu; nós já assinamos um TAC com o MP e isso está sendo reparado, o dano, mas é
117 sobre um fato específico. O desse caso, por exemplo, eu observo que ele foi autuado umas
118 outras duas vezes por outras questões diferentes, aí vem complicando a situação. E esses
119 TACs são feitos o que? Trabalhos técnicos com muito profissionalismo para tentar dar uma
120 resposta concreta para as comunidades. Uma concreta técnica do que está acontecendo.
121 Sistema de vazamento, de contaminação. Essa demanda que o MP recebe no dia a dia, todo
122 dia, toda semana. E o MP hoje, a gente sente como um desaguadouro dessas questões assim
123 impostas pela comunidade, que são muito capitalizadas, cada comarca geralmente tem um
124 promotor. Então eu só queria explicar essa questão, em função da dificuldade que a gente
125 tem até de entrar no mérito, em incidir aqui sobre a questão dessas autuações. Eu queria só
126 uma posição da presidência, sobre um problema que a gente vem sentido na região, que é o
127 chamado licenciamento dos distritos industriais. A gente observa que são muitas cidades
128 importantes do Sul de Minas que não tem o licenciamento. Três Corações eu não sei se tem
129 o licenciamento. Acompanhei a ata da reunião passada e vi que entrou na discussão de novo
130 o problema da Penitenciária de Três Corações, daquele vazamento, li a ata toda, essas
131 questões todas. Assim, o distrito industrial está licenciado? O de Lavras eu sei que não está
132 licenciado, Pouso Alegre me parece, Pouso Alegre não, Poços de Caldas conseguiu



133 licenciamento. A SUPRAM tem uma posição sobre isso? Sobre esses licenciamentos de
134 distritos industriais? Porque nós temos visto problemas de áreas contaminadas, a questão,
135 vamos dizer assim, sistêmica mesmo dos Distritos Industriais que gera esse problema do
136 cheiro. Acho que foi o senhor Antônio Ernesto que chegou a levantar isso aqui na reunião
137 passada, sobre o distrito industrial daqui. Então eu gostaria assim, de uma posição da
138 SUPRAM se há alguma posição institucional sobre isso e eu vejo aqui que, é claro que eu
139 vou fazer o destaque, mas por exemplo o Item 5 aqui da pauta que é a questão da
140 compensação por intervenção em Bioma Mata Atlântica. Ou seja, corta, tem o
141 desmatamento e tem a compensação. Essas compensações estão indo para onde? Isso entra
142 em um caixa único do Estado? Isso está se revertendo, às vezes, até para o próprio IEF?
143 Tem uma rubrica própria essas compensações? Porque a gente tem visto aí um
144 desmatamento grande, né? As compensações são quatro, né? A compensação em Mata
145 Atlântica, compensação em APP, compensação social da reserva legal e a outra qual que é?
146 Compensação da Lei do SNUC né? Então é da APP, da Lei de SNUC, compensação social
147 da reserva legal e a intervenção em Mata Atlântica. Compensação minerária, mas aí é pela
148 intervenção, não é? Além dessa né? Então assim, essas compensações, eu tenho dúvidas a
149 respeito. Como é que está sendo trabalhado isso também, esse recurso, está voltando para o
150 local do dano? Porque a gente tem assistido assim, me desculpa a expressão, mas uma
151 verdadeira tragédia. O que eu me deparo no dia a dia do meu trabalho é tragédia em cima
152 de tragédia, gente. Entendeu? Me desculpa até meu colega da COPASA aqui, Juliano, eu
153 tive a notícia semana passada que COPASA conseguiu anular numa reclamação lá no
154 Supremo, todas as ações judiciais que estavam pedindo a prática, a efetividade da Lei Piau.
155 Que a Lei Piau já antiga, de 97, reconhecida a constitucionalidade que obriga as
156 concessionárias de serviço público a investir 0,5% no município, na bacia. E é uma mixaria,
157 é uma mixaria por ano, por que? Porque são concessionárias que tem que investir em água.
158 Ah, mas tem esse programa, tem esse programa nacional, tem isso para fazer. Não, eu
159 quero ver lá na prática. Lá no município, na micro bacia. A CEMIG também briga lá
160 judicialmente, entrou com uma reclamação no Supremo. Agora tive a notícia de que a
161 COPASA em uma reclamação. Não, pelo amor de Deus, mas isso a gente tem que trazer
162 aqui. Conseguiu anular no Estado inteiro, né? No Estado inteiro, essas ações. Quer dizer,
163 não quero entrar no mérito jurídico, mas a gente só vê ações, só vê assim, retrocessos.
164 Retrocessos na Legislação, retrocessos no sistema e cada vez mais casos de contaminação
165 de corpos hídricos, as cidades ficando sem água, questão de áreas contaminadas, postos de
166 gasolina. Então, eu vejo que pode ser, não estou querendo ser uma ave de mal agouro, mas,
167 a situação está muito complicada. Vemos um estado cada vez mais fraco, recursos naturais
168 sendo usados de forma predatória. Então, coloco isso no sentido de a gente tentar procurar
169 ver para onde está indo esses recursos, de que forma a população possa realmente, aferir o
170 retorno disso tudo que está sendo cobrado”. Conselheiro Paulo Carvalho: “Eu ia pedir
171 destaque no processo para comentar sobre o TAC. Mas, já que o Bérqson tocou no assunto,
172 vou colocar meu posicionamento aqui, que evita destaque no processo. Acho que é preciso
173 uma definição melhor da SUPRAM sobre o que é o TAC, quando cabe um TAC. Porque,
174 estou percebendo em alguns processos aqui que se argumenta que a SUPRAM poderá
175 firmar um TAC. Ou seja, ela tem um caráter disciplinatório, mas quando? Em que
176 condições? A coisa está muito solta, no meu entendimento, e está levando o empreendedor



177 a achar que tem o direito de fazer um TAC, e muitas vezes não tem. Tem processo que
178 solicitou o TAC em setembro e passados três, quatro meses, não teve retorno sobre a
179 solicitação dele. O Bérqson cita aqui agora, outros dois processos, tem um outro aqui
180 também que tem TAC com o MP. Lógico, está com o MP para um acordo para evitar uma
181 ação civil, não tem nada a ver com o TAC daqui. Acho que poderiam desenvolver um
182 sistema de comunicação, fica como sugestão, e um padrão de procedimento do que é um
183 TAC, quando se aplica, quando não se aplica, retroativo, se a empresa está operando, se
184 opera antes de 2008, ou depois de 2008, se ela entrou com FCE, se não entrou, se tem um
185 prazo de resposta, se não tem. Acho que a coisa está sem muita definição. Acho que
186 justifica vocês tirarem um tempo para tentar estabelecer os procedimentos de orientação aos
187 empreendedores de como utilizar, de quando é cabível e quando não é cabível o TAC, para
188 que a coisa possa realmente ficar um pouco mais clara. Na minha visão, leio vários
189 processos e, tenho um pouco de conhecimento disso, e muitas vezes não consegui absorver
190 ainda claramente como é esse processo. Apenas como sugestão em relação a isso. Com
191 relação a Lei Piau, pela notícia que deu, recapitulou a época em que trabalhava lá no Funil,
192 que teve a ação contra a Funil, outra sugestão que já tinha pensado antes, como sugestão
193 para a Secretaria de Meio Ambiente que é regulamentar a Lei Piau. Eu não sei como é o
194 espaço do MP, do Supremo Tribunal com relação a COPASA, mas, na minha visão, a Lei
195 Piau não tem processo regulamentatório. Define que se tem que recolher 5% sobre a receita
196 líquida, mas não fala onde recolho, como recolho, como é a base de cálculo. Eu posso
197 comprovar os investimentos que faço em meio ambiente? Pode. Como eu faço essa
198 comprovação? Existe todo um procedimento de regulação da Lei Piau na minha visão, que
199 acho que precisa ser estabelecido com o Estado. Deve ter uns 15 anos, 20 anos a Lei Piau,
200 não sei, e até hoje ela não foi estabelecida a sua regulamentação, estabelecendo como fazer
201 a sua contestação. É uma visão clara que tenho com relação a isso. É importante isso?
202 Lógico que é importante. Tivemos uma discussão em Lavras semana passada, precisamos
203 de recursos na área ambiental, precisa de dinheiro para área ambiental, não está fácil para
204 os Municípios falidos, um Estado falido, e é necessário investimento. Então, se existe uma
205 lei que prevê esta compensação ambiental, o Estado tem que se preocupar em regulamentar
206 essa lei. Porque, se não regulamentar, não sei qual o parecer do Supremo, ela tem
207 embasamento. E esse dinheiro ser investido na área (...), manancial dos municípios, ou nos
208 reservatórios das Usinas Hidrelétricas. Eu não entendo, 20 anos para regulamentar uma lei
209 de retorno ao meio ambiente. Se fosse tributo, se fosse multa, já estaria regulamentado.
210 Mas, como se trata de recurso do Meio Ambiente, vamos ficar 20, 30 anos para ser
211 regulamentado. Fica apenas sugestão com relação a isso, algumas objeções que gostaríamos
212 de fazer”. Conselheiro Bérqson Cardoso Guimarães: “ Só trazendo um pouco de respostas.
213 Na verdade, nesses 20 anos, as concessionárias de serviços públicos batem muito nessa
214 tecla, da falta de regulamentação. Mas, já houve vários julgamentos dos tribunais, inclusive
215 de tribunais superiores, dizendo que ela é autoaplicável, não há necessidade de regulação,
216 até porque ela já define, ela é autoexplicativa, vamos dizer assim. Há uma reclamação, de
217 que não tem o projeto, olha, se a instituição quiser cumprir a lei, ela cumpre. Qualquer
218 instituição se quiser cumprir a lei, ela cumpre. Só que há uma negativa do cumprimento da
219 lei nesses 20 anos. Isso vai parar onde? No judiciário. Ou seja, é uma lei referendada pela
220 Assembleia Legislativa, pelo povo mineiro, há 20 anos questionada nos tribunais. Ou seja,



221 essas concessionárias de serviços públicos, não vou entrar no mérito se prestam um serviço
222 de qualidade ou não, mas, há controvérsias, porque estamos passando por problemas
223 hídricos que se esse tipo de política não for implementada, todo mundo vai pagar um preço
224 altíssimo. Não é só a população, mas também as concessionárias que usam a água e
225 trabalham com a água. Então, esses julgamentos, ela já foi regulamentada em vários
226 julgamentos judiciais. Ou seja, ela define que é aplicação no município que se insere a
227 Bacia Hidrográfica. Ou seja, ela faz aquele cálculo, e existem vários julgados a forma do
228 cálculo. Então, através de um projeto específico quem tem que fazer é a própria
229 concessionária no município. Ah, mas a gente não tem estrutura, ou vocação, ou direção
230 dentro da empresa para isso. Então, vamos através da sociedade civil fazer parcerias. Vou
231 citar aqui o caso de Lavras, têm várias ONGs lá que poderiam, têm várias unidades em si
232 na região que poderiam receber, ou seja, se quiser gente, o problema é que não se quer. É
233 essa a razão da minha colocação. Não quero investir, daí parte para a questão jurídica, e não
234 sei o quê, e tal. Eu já levei essa questão até no Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Eu
235 levei essa questão lá. Então, tinha até aquele do licenciamento lá da COPASA. Gente, a lei
236 é clara e ela não é cumprida. Quantas vezes não são cumpridas. Então, para que isso? Para
237 que essa quantidade de lei que a gente tem para não cumprir, para fingir que cumpre. Então,
238 realmente, o que a gente vê é muito tributo, essas compensações.... Ah, as compensações
239 são um tanto de Mata Atlântica. Como está sendo o retorno disso? Para onde isso está indo?
240 Qual rubrica? De que forma isso está realmente sendo compensada aqui na região? A gente
241 fica em dúvida com relação a isso”. Conselheiro Antônio Ernesto: “ Primeiramente
242 gostaria de saber se houve por parte da SUPRAM uma tomada de posição quanto aquilo
243 que falei na última reunião. Que é o problema da COPASA aqui, inclusive eu recebi um
244 vídeo de um sujeito que anda de caiaque aqui e o vídeo é, seria problemático passar o vídeo
245 aqui, é extremamente fácil de perceber o que está acontecendo com a COPASA ali perto do
246 Caixão. O segundo é com relação ao Ribeirão Mutuca. Então, esse Ribeirão está coletando
247 todos os dejetos de Elói Mendes, está sendo carreado para o Rio Sapucaí. Isso precisa ter
248 um basta. Então, o pessoal reclama que um produtor descascou um café, uma tonelada de
249 casca de café, que nem vai ao leito do Rio, e é aquela amolação danada. Enquanto isso, em
250 compensação, tem entidades que não tomam providências de nada. Outra coisa, estou
251 vendo a pauta, como advogados, os magistrados e os políticos fazem, com a devida vênia,
252 então, com a devida vênia estou reparando que hoje nós ambientalmente só temos 14% de
253 coisas que interessam o meio ambiente. O resto é tudo problema de multa. Então, eu acho
254 que deveria separar essa parte ambiental, e deixar essa multa para contador, administrado
255 de empresas, porque eu acho muito ruim virmos aqui para pegar alguma coisa, e estamos
256 sujeitos a incorrer em algum erro e sermos responsabilizados por ser um agente público,
257 enquanto nós estivermos aqui no Conselho. Então, é muito temeroso isso. Gostaria de fazer
258 essa ressalva, porque daqui uns dias, se não tivéssemos esse pessoal do desmate aqui,
259 estaríamos só julgando coisas que interessam a parte de arrecadação, o que não é do nosso
260 feitio. Ou que pelo menos, eu que sou ambientalista e engenheiro agrônomo, não vim aqui,
261 não vou ficar até o fim, acredito que isso possa mudar, mas é muito desconfortável
262 ficarmos julgando coisas que amanhã podemos incorrer em erro e sermos
263 responsabilizados. É isso que eu tinha para falar”. Presidente Hildebrando Canabrava
264 Rodrigues Neto: “ Tem mais algum Conselheiro que quer fazer destaque? ” Frederico



265 Massote da SUPRAM Sul de Minas: “Boa tarde Conselheiros. Primeiramente Dr. Bérqson,
266 a gente recebe com muita alegria o seu retorno, ficamos muito lisonjeados com sua
267 participação que sempre vem a somar. Em que tese as questões institucionais, a gente
268 gostaria muito que o senhor tivesse aqui conosco, porque sua participação vem muito a
269 somar. Primeira questão que senhor nos perguntou, a respeito dos Distritos Industriais,
270 foram questões aferidas pelo Anderson Siqueira na última reunião, e eu acredito que os
271 responsáveis pela Diretoria de Fiscalização vão abordar esse tema na apresentação que está
272 programada em nossa pauta. Caso essas questões não sejam abordadas nesse momento, eu
273 peço ao senhor que a gente, enquanto SUPRAM, possa trazê-las na próxima reunião,
274 inclusive, porque há uma perspectiva de alteração da DN 74 em que o código dos Distritos
275 Industriais está sendo reavaliado. Então, sob pena de a gente dar um posicionamento aqui e
276 depois vir a ser alterado. Mas, de toda forma já deixo registrado que caso não seja abordada
277 a questão, a temática, pela Diretoria de Fiscalização, eu me comprometo a trazer as
278 informações na próxima reunião. A segunda questão que o senhor levantou foi a respeito
279 das compensações. Conselheiros, a questão das compensações basicamente é o seguinte,
280 nós temos quatro compensações principais dentro do licenciamento ambiental, igual o Dr.
281 Bérqson já colocou para nós, temos a compensação do SNUC, compensação da Mata
282 Atlântica da lei 11.428, a compensação por Intervenção em APP da resolução 369, e a
283 compensação Minerária. Dentre esse rol de compensações, as compensações que são
284 analisadas diretamente pela SUPRAM são a compensação da lei 11.428 de intervenção no
285 bioma Mata Atlântica e a compensação em APP regido pela resolução CONAMA 369. Pois
286 bem, essas duas perspectivas de compensação não estão afetas a pecúnia, elas estão afetas
287 propriamente dito a recuperação e a compensação por área de desmate. Então todo o
288 processo que é pautado ou que é decidido em que haja intervenção com supressão de bioma
289 Mata Atlântica, empreendedor tem que apresentar uma proposta de compensação. Essa
290 proposta é analisada ela equipe técnica da SUPRAM, a área que ele tem destacado para
291 compensação é analisada, é assinado um termo de compromisso entre o empreendedor e o
292 Estado, para que ele preserve a área, compense, enfim, todas as condutas necessárias
293 atinentes a compensação. Mesma situação para compensação em APP, o empreendedor
294 destina uma área, apresenta no projeto dele de Licenciamento Ambiental, essa área é
295 analisada pela equipe técnica, e, ao processo ser pautado ou decidido, o empreendedor
296 assina um Termo de Compromisso junto ao Estado. Com relação as compensações de
297 SNUC e Minerárias, que envolve pecúnia e as compensações em Unidade de Conservação,
298 compensação (...) da reserva legal, essas compensações são atinentes, são expedientes
299 regidos e gerenciados pelo IEF. Então, nessa oportunidade eu não vou adentrar no mérito
300 da questão do caixa único, porque confesso que não sei e não vou falar com achismo aqui
301 para onde estes recursos estão sendo encaminhados. O que eu posso me comprometer mais
302 uma vez é contatar a gerência de compensações do IEF, que tem servidor especializado
303 aqui na nossa regional, para que na próxima reunião traga uma explanação a respeito,
304 realmente, de uma prestação de contas, se for o caso, de onde esses recursos estão sendo
305 aplicados, se esses recursos vão para um caixa único, qual valor já tem esse caixa único.
306 Isso a gente pode, perfeitamente, articular com o pessoal do IEF. Paulo, a questão que você
307 nos trouxe é a respeito de TACs. Nós temos em nosso decreto 44844, basicamente 2
308 possibilidades para o empreendedor assinar o TAC. Essa questão do TAC, não sei se os



309 Conselheiros que estavam aqui na oportunidade se recordam, ela foi exaustivamente
310 debatida em uma reunião passada nossa, acho que no fim do ano passado, que o
311 empreendedor pediu nulidade de um parecer, de um controle processual, que nós havíamos
312 feito, porque o pedido de TAC não havia sido analisado e gostaria que retirasse de pauta o
313 processo. Basicamente a gente vai tentar replicar o que a Diretoria de Controle Processual
314 naquele momento esclareceu. Nós temos basicamente duas possibilidades de TAC dentro
315 do decreto 44844, uma delas está no artigo 14, em seus incisos e parágrafos, e ela é atinente
316 a operação ou instalação ou algum processo corretivo que algum empreendimento tenha.
317 Então ele vem, preenche o FCE, é gerado a ele um FOB, ele formaliza o processo e aí para
318 ele manter a operação do empreendimento, concomitante ao licenciamento ambiental, a
319 SUPRAM, a equipe da SUPRAM, o superintendente tem como forma discricionária, ou
320 seja, é verificada a oportunidade de conveniência a faculdade de assinar ou não o TAC.
321 Então veja bem, esse primeiro TAC é firmado para viabilizar a operação de um
322 empreendimento que esteja em fase de licenciamento, correto? Pois bem, a segunda
323 possibilidade de TAC junto à regularização ambiental é no tocante ao embargo ou
324 suspensão de atividade. Exemplificando, o empreendimento é autuado por estar operando
325 sem licença, e ele recorre a SUPRAM, ao superintendente, solicitando a assinatura de um
326 TAC, que por consequência, vai desembargar a obra dele. Dentro deste viés, deste termo,
327 tem uma possibilidade de que medidas sejam adotadas para que seja reparado algum
328 eventual dano. Se esse dano pode ser mensurado, não há nada que se impeça de se colocar a
329 causa do TAC que ele vai ser reparado. E, a exigibilidade da multa nesse caso, pode ser
330 suspensa até que o empreendedor repare esse dano, podendo, inclusive, utilizar 50% do
331 valor da autuação sendo empregado efetivamente nessa reparação. O que acontece? Uma
332 multa é exigível quando ou o empreendedor não apresentou a defesa no tempo que a lei lhe
333 faculta, ou, depois do trânsito em julgado. Ou seja, depois que passa no plenário, não há
334 mais nenhum recurso a ser examinado, a multa está exigível, o empreendedor será cobrado,
335 se ele não pagar no prazo legal a multa será encaminhada para a dívida ativa. Ou seja, ela
336 tornou-se exigível. Então, não há que se falar em TAC por reparação de dano em suspensão
337 de exigibilidade da multa assim que o empreendimento tenha sido autuado, por exemplo.
338 Essa questão tem que ser discutida exatamente Pós- Copam, essa questão da suspensão da
339 exigibilidade da multa tem que ser pós-Copam, pós trânsito em julgado. O que muitos
340 representantes, ou até mesmo empreendedores, tentam aqui é argumenta 'olha, eu fiz um
341 pedido de TAC, e ele não foi, sequer, analisado'. A gente tenta deixar bem claro em nossos
342 controles processuais que essa questão da análise do TAC tem que ser Pós-Copam, quando
343 a multa for exigível. Aí o superintendente pode assinar um termo condicionando o
344 empreendedor a reparar um eventual dano e suspendendo a exigibilidade da multa. Porque
345 que acontece essas questões de às vezes o empreendedor ter, como você mencionou, um
346 TAC, um pedido de TAC lá de setembro que não foi analisado até agora? Muitas vezes o
347 empreendedor junta esse pedido de TAC no corpo da peça recursal dele, e o Núcleo de
348 Auto de Infração verifica essa questão quando da análise propriamente dita do mérito do
349 processo. Então, essas questões são respondidas nos controles processuais e muitas vezes
350 trazidas a esse Conselho. Então, o que eu gostaria de deixar claro ao Conselho, é que a
351 URC não tem que se preocupar com essa questão de TAC. Essa questão de TAC de
352 suspensão de exigibilidade da multa é uma questão do empreendedor com a SUPRAM,



353 quando a multa estiver em fase de exigibilidade”. Conselheiro Paulo Carvalho: “ Ok, isso
354 eu já havia entendido a questão, inclusive da (...) de 2008, ou seja, ela tem que ter iniciado a
355 operação até 2008, se ela entrar com pedido de licença de operação corretiva, aí caberia um
356 TAC, aí seria, completar o segundo caso. Quando é referente a questão da (...) fiscalizadora
357 que seja denúncia espontânea, isso eu consegui entender. O que eu não consegui entender
358 direito em alguns processos é que a empresa não tem nenhum tipo de autuação, alguns
359 argumentaram que não tinham, vocês foram no SIAM é comprovaram que tem, então a
360 argumentação dela caiu por terra. Mas, se ela teve iniciativa, sem ter nenhum tipo de
361 fiscalização, fazer a denúncia espontânea através do FCE, ela entra com pedido de FCE,
362 que seja para AAF, seja para Licenciamento de Operação Corretiva, faz a solicitação de
363 TAC. Isso já aconteceu em alguns processos, me esclareça se eu estiver errado, por favor.
364 O fiscal vai fazer o procedimento de fiscalização da empresa para o processo de
365 licenciamento ambiental e aplica essa multa. Essa é a dúvida que fiquei, que gerou na
366 minha cabeça, onde é cabível esse TAC, aí fala, mas quando o cara vier aqui ok, quando
367 cair aqui perfeito, é um recurso aqui, mas estamos julgando um recurso que têm históricos,
368 que têm uma memória, que têm procedimentos que foram dotados desde o início. Quando
369 eu analiso um recurso aqui, eu não entro na questão da multa, eu não analiso a multa artigo
370 tal, eu olho todo o histórico, às vezes consulto alguma coisa no SIAM, procuro me inteirar
371 porque a autuação é um ponto final de um histórico de procedimentos. Então, como o TAC
372 compõe esse histórico do processo dentro da empresa. É por isso que sou sincero, eu fico
373 confuso, li uns quatro ou cinco, e ainda não consegui formar o meu conceito em relação a
374 isso. Porque vi uns dois ou três nesse sentido. A empresa entrou com o processo, foi lá na
375 fiscalização, procedeu essa autuação depois no processo de fiscalização, porque ela iniciou
376 a operação anterior. A operação (...) se tem condições de verificar isso é no próprio
377 lançamento do FCE. Então, se a empresa informar que tem FCE, início da atividade tal,
378 teve ação fiscalizatória anterior, já sai a multa de uma vez. A coisa está acontecendo
379 durante o processo de licenciamento, isso está dando aos empreendedores argumentos para
380 questionarem esses processos”. Frederico Massote da SUPRAM Sul de Minas: “Eu entendi
381 seu questionamento, realmente isso acontece por uma praxe da análise da SUPRAM, da
382 equipe técnica jurídica da SUPRAM mesmo. Todavia, muito embora cause resignação do
383 empreendedor, mas o protocolo do FCE não quer dizer licenciamento ainda, propriamente
384 dito. O empreendedor, têm os casos da denúncia espontânea, claro, quem tiver operando
385 antes de 2008 que não tem nenhum processo administrativo que seja um FOB vencido,
386 junto a SUPRAM, e não esteja causando degradação, faz jus a denúncia espontânea, isso é
387 muito pacífico aqui dentro da SUPRAM, a gente já verifica sempre de pronto, mas o que
388 causa a resignação, mas que também não dá razão ao empreendedor é esse fato. Muitas
389 vezes a gente vai autuar ele, a gente enquanto equipe técnica, falo pela SUPRAM, vai
390 autuar ele dentro da análise do processo dele de licenciamento. Só que o empreendedor tem
391 que entender que estar em processo de licenciamento não caracteriza que esteja licenciado.
392 Se ele está dentro de um processo de LOC, mas não tem o TAC, ele não tem regularização
393 ambiental. Muito embora a gente veja que o empreendimento tem a boa vontade
394 obviamente de se licenciar, mas, por um princípio até de isonomia, outros
395 empreendimentos que já foram autuados e tem LOC, a gente tem que autuar. A legislação
396 não nos permite. Agora, quero fazer só uma ressalva, que o decreto 44844 foi alterado



397 recentemente e prevê algumas situações em que o empreendimento, microempresas, esses
398 empreendimentos em que o valor tem um cuidado maior, até por conta da deficiência
399 financeira, eles são notificados a procurarem o licenciamento. Nesse caso, a SUPRAM não
400 os autua, obviamente. Então, essa questão, eu acho que a gente pode caminhar para
401 pacificar aqui no Conselho. Eu acho que o Conselho já tem amadurecido muito nessas
402 questões do TAC, da denúncia espontânea. O NAI, o recém-criado pelo Estado, que é o
403 Núcleo de Auto de Infração, tem trazido processos aqui com discussões políticas muito
404 amadurecidas nesse sentido. Já é verificado, ‘olha, o empreendedor não tem o TAC, o
405 empreendedor não faz jus a denúncia espontânea, são situações extremamente objetivas que
406 a gente tem notado. Consegui te responder? Senhor Antônio Ernesto, eu acredito que a
407 Diretoria de Fiscalização deva trazer, até por uma demanda do Anderson Siqueira, foi
408 verificada na última reunião as respostas aos questionamentos. Também, se não for
409 levantada nessa oportunidade, eu peço desculpas e me comprometo também, eu Frederico,
410 a trazer na próxima reunião para o senhor. Eu não participei da última reunião, estava
411 afastado por problema médico, também não tive como ver a ata, não me ative, se não for
412 verificado nesse momento, eu me comprometo a trazer na próxima reunião”. Presidente
413 Hildebrando Canabrava Rodrigues Neto: “Deixa só eu falar um pouco do caso do TAC para
414 o conselheiro, porque eu acho que a visão no caso do superintendente, nesse caso, esclarece
415 um pouco as coisas. Como já foi dito, o TAC é poder (...) do superintendente e, vou dar um
416 exemplo como eu, superintendente, quando que eu ficaria tranquilo de assinar um TAC
417 com o empreendimento, autorizando ele a operar. Se o meu técnico for lá e falar que ele
418 está ok. Ou, se não, ele tem um problema que pode ser corrigido com (...), com PTRF, e a
419 gente pode cobrar dele. E, quando meu jurídico falar que ele está ok também. Porque,
420 vamos supor, ele precisa de uma anuência da Aeronáutica, como temos muitos casos do
421 COMAR, eu não posso assinar o TAC, eu estaria passando por cima da competência.
422 Então, o TAC é assinado, estou falando eu como superintendente, quando tenho o aval da
423 minha equipe técnica e da minha equipe jurídica. Quando vou ter o aval da minha equipe
424 técnica? Quando ela vai a campo. Quando o fiscal chega em campo, ele vê o
425 empreendimento funcionando sem licença, se ele não autua o empreendimento, ele está
426 prevaricando. Essa questão de o técnico ter que ir antes é muito complicada. Se ele não for,
427 eu não assino TAC. Não sou maluco de fazer isso. E se ele for, ele é obrigado a autuar,
428 porque senão ele prevarica, e estaria cometendo um crime. Então, é por isso que mesmo
429 com pedido prévio de TAC, ele será autuado. É padrão isso. A não ser, por exemplo, se a
430 fiscalização foi, aí já autuou, aí lavrou um auto de fiscalização, aí o fiscal de fiscalização é
431 da SUPRAM. Aí assino um TAC em cima desse AAF, não vejo problema nenhum. Só para
432 deixar um pouco claro esse caso”. Frederico Massote, da SUPRAM Sul de Minas: “Só para
433 fazer uma ressalva para que fique constado em ata. A compensação da Mata Atlântica é
434 verificada também pelo IEF, além da área, tem a verificação pelo IEF. Então, na próxima
435 reunião eu acredito que a gente consiga trazer alguém da Gerência de Compensação do IEF
436 para que os seus questionamentos sejam precisamente respondidos”. Conselheiro Bérqson
437 Cardoso Guimarães: “ O fundamento que me faz trazer isso aqui ao debate é mais a questão
438 do dano local, ou que a gente percebe que há um desmatamento grande. A gente tem
439 lidado, por exemplo, aqui na região de Três Corações, por exemplo, a gente vê práticas de
440 pessoas que colocam fogo lá na propriedade para depois requerer o DAIA, a propriedade



441 tem os atributos florestais, Ipês, por exemplo, árvores imunes de corte, Mata Atlântica e a
442 pessoa bota fogo, depois para requerer aí uma autorização de intervenção em Mata
443 Atlântica é diferente. Um órgão, muitas vezes fala, nesse aqui botaram fogo e não sei quem.
444 Vai lá, ainda lavra um BO, falando que não sabe quem. Ou seja, a criminalidade é grande
445 nesse país e está cada vez maior. Nunca vi a coisa se alastrar dessa forma. Então, uma das
446 coisas que mais gera lucro nesse país é a criminalidade ambiental. Ontem, acho que vi no
447 Fantástico, a questão dos Postos de Gasolina, disseram lá o quanto cada dono de posto lucra
448 por tanque, era coisa, se me lembro bem, de 64 mil reais por tanque. Então, é um lucro
449 enorme que essas pessoas têm em cima de ineficiência do Estado, realmente não dá para
450 ver tudo. E eu vejo que estamos em um processo de devastação e, repito, de destruição,
451 contaminação dos nossos recursos hídricos, uma coisa devastadora. E, a gente se sente
452 impotente mesmo. Acho que essa questão dos recursos, de voltar ao local do dano, criar
453 instrumentos nesse sentido. É por isso que essa questão da COPASA, da lei Piau, levanto,
454 porque, se nós não tivermos instrumentos de atuação no local, não sei onde vai parar isso
455 não. Agora, tenho dúvida com relação também ao TAC administrativo, eu chamaria de
456 administrativo, ele é título judicial? Foi falado em culminação de multa. Ele é título
457 judicial? ” Frederico Massote da SUPRAM Sul de Minas: “Ele tem natureza jurídica de
458 título discutível extrajudicial, né? É assinado por duas testemunhas e em caso de
459 descumprimento ela pode executar esse TAC. Todavia, até a gente, eu ainda durante esse
460 tempo que eu tenho de SUPRAM, ainda não verifiquei alguma execução para feedback.
461 Como todo contrato, como todo termo, ela tem a cláusula penal, né”? Conselheiro Bérqson
462 Guimarães: “Minha preocupação é que muitas vezes o TAC possa estar servindo a
463 substituição ao licenciamento ambiental, o que não é possível. Acho que fazer o TAC em
464 substituição ao licenciamento. O sujeito vai lá, faz o licenciamento ambiental, não cumpre
465 seu dever e depois fala, não, eu vou pedir um TAC, entro com licença corretiva. A gente
466 tem visto muito isso aí, né. Não fez a tempo e modo, entra com licença corretiva ou um
467 TAC. Eu acho que esse é o problema”. Frederico Massote da SUPRAM Sul de Minas: “Só
468 para complementar, a gente tem o cuidado principalmente na SUPRAM Sul de Minas de
469 que o TAC não seja regra Dr. Bérqson, seja sempre a exceção. Porque a obrigação do
470 empreendedor é buscar o licenciamento ambiental”. Presidente Hildebrando Canabrava
471 Rodrigues Neto: “Tem mais algum conselheiro que queira fazer alguma observação?
472 Podemos prosseguir com a apresentação da Diretoria de Fiscalização”? Bruno Diretor da
473 Diretoria de Fiscalização Ambiental: “Boa tarde a todos os conselheiros, para quem não me
474 conhece eu sou Bruno, sou servidor de carreira da SEMAD, atualmente como Diretor
475 Regional de Fiscalização Ambiental aqui do Sul de Minas. Minha intenção aqui é fazer só
476 uma breve explanação do que é a Diretoria Regional da Fiscalização e falar um pouco sobre
477 as suas competências também. Como os senhores devem saber, a diretoria foi criada
478 recentemente, na última modificação da estrutura orgânica da SEMAD, no final do ano
479 passado. Antigamente, vocês devem saber que a fiscalização era exercida principalmente
480 pela Polícia, lógico né, mas dentro da SEMAD a fiscalização aqui era representada pelo
481 NUFIS, era o Núcleo de Fiscalização Ambiental. Atualmente é a Diretoria Regional de
482 Fiscalização Ambiental. A nossa estrutura, infelizmente, é pequena. Dentro da própria
483 Diretoria de Fiscalização, são quatro técnicos para fiscalizar toda a região, os 171
484 municípios. Então, a gente, uma comparação rápida, mais ou menos três Brasília para cada



485 técnico. É lógico que é bem aquém da nossa necessidade, enfim. Apesar disso, a gente vem
486 desempenhando nossa atribuição na medida do possível, com a maior dedicação possível. A
487 gente atende as demandas do MP, do Poder Judiciário, que são muitas. A gente atende as
488 demandas dos cidadãos, muitas delas são encaminhadas para a Polícia, algumas a gente
489 atende diretamente. Então são muitas, muitas demandas para uma equipe reduzida, mas
490 enfim. A minha ideia aqui é falar um pouco exatamente disso que a gente faz. A gente,
491 além de fiscalizar esses empreendimentos detentores de AAF ou os empreendimentos
492 irregulares, além de atender as requisições do MP, Poder Judiciário e as denúncias dos
493 cidadãos, existem também, dentro da estrutura da Diretoria de Fiscalização, dois núcleos. O
494 NUCAM, que é o Núcleo de Controle Ambiental e o NUDEM, que é o Núcleo de
495 Requisições e Denúncias. Os coordenadores estão aqui, o Vitor é o coordenador do
496 NUDEM, ele vai falar um pouquinho sobre os questionamentos do conselheiro Antônio
497 Ernesto daqui a pouco. E o Daniel, vocês devem conhecer, é o coordenador do NUCAM.
498 Só para vocês terem uma vaga ideia, o NUCAM, hoje, foi criado para acompanhar as
499 condicionantes das licenças de operação. Então isso é importante que fique claro, que hoje
500 a gente analisa as condicionantes das licenças de operação ao longo de todo o período da
501 licença. Então vocês sabem que atualmente as licenças de operação podem ser concedidas
502 com dez anos, então ao longo desses dez anos a gente vai fazer o acompanhamento dessas
503 licenças. Então, é importante que todos tenham conhecimento que é possível, diante de um
504 eventual descumprimento de uma condicionante ou um lançamento fora de padrão, é
505 possível que esse empreendimento seja multado ao longo de toda a sua existência, dessa
506 licença de operação. Só para vocês terem uma noção, a multa pode chegar a novecentos
507 mil reais. Se houver também aplicação de agravante, chega até a um milhão, trezentos e
508 cinquenta mil reais. Então são valores bem significativos e agora, a partir de agora, a gente
509 de fato vai ter essa atribuição de acompanhar ao longo de todo o período, multar se for o
510 caso, embargar também se for o caso. Então é bom que vocês tenham conhecimento e
511 repassem para os setores produtivos e para os empreendimentos. Mas, é uma equipe
512 pequena também, é o Daniel e mais dois servidores que estão compondo o NUCAM hoje.
513 Bom, o NUDEM, como eu já falei, ele que recebe essas denúncias e requisições. São o
514 NUDEM, o Vitor e a equipe, que é mais uma pessoa. Ele recebe essas denúncias e
515 requisições e repassa para aquelas unidades que irão atender, que pode ser a Polícia ou pode
516 ser a própria Diretoria de Fiscalização, como pode ser também a Diretoria de
517 Regularização. Bom, na verdade eu só queria realmente me apresentar, apresentar os dois
518 coordenadores de equipe, o único integrante da nossa equipe que está aqui é o Elias, que
519 integra a Diretoria de Fiscalização e falar umas breves palavras sobre as nossas atribuições.
520 Alguém tem alguma pergunta? Sobre as denúncias o Vitor vai falar daqui a pouco, sobre as
521 colocações que o senhor fez na última”. Antônio Ernesto da APAVAR: “Há uns tempos
522 atrás eu soube que a SEMAD, a arrecadação dos COPAMs, é a maior rentabilidade, se não
523 me engano, era a segunda secretaria em termos de arrecadação. Então eu acho o seguinte,
524 no meu ponto de vista, deveria ter um número maior de funcionários. E é aquele ditado,
525 quem não tem competência não se estabelece. Ditado português. Então eu acho que ela tem
526 recurso e porque que não designa mais recurso para cá? Eu sou um dos que bato muito
527 quando tem greve aqui e tal. Não no sentido da remuneração de vocês, porque isso aí de
528 corporativismo tem que ser, mas pelas instituições de melhor recurso e destinação de



529 melhores recursos para o aprimoramento técnico e o número também de profissionais que
530 tem que atuar, porque é uma gama enorme. É poluição, é recurso hídrico, é desmate, então
531 está muito reduzido o quadro e eu acho que deveria se trabalhar nesse sentido para o
532 aprimoramento total da organização”. Bruno Diretoria Regional de Fiscalização: “Até
533 agradeço a sua colocação, Antônio Ernesto, de fato compartilho completamente. Não
534 precisa nem falar muito, os números são gritantes e isso, infelizmente, é uma realidade que
535 a gente passa no estado todo. A gente conta com o apoio da Polícia que é mais capilarizada,
536 mas enfim, nem tudo passa por eles. Muitas coisas ficam aqui e quatro pessoas para
537 fiscalizam 71 municípios realmente é difícil”. Conselheiro Paulo Carvalho: “Só uma
538 pergunta. Foram criados dentro dos procedimentos da Resolução da SEMAD os núcleos
539 regionais, né? Antigamente chamava escritório, agora é tudo núcleo. Eu, particularmente,
540 não acredito na fiscalização centralizada. Não acredito mesmo. Por tudo que o Antônio
541 Ernesto expos aí. Eu acho que enquanto não partir para a descentralização e utilização dos
542 núcleos regionais com toda a estrutura que deveriam ter, está certo, principalmente
543 fiscalização e de técnicos. Eu vou ser sincero com você, com quatro técnicos aqui você não
544 dá conta. É atender denúncia do MP, né Bérqson? É prioridade atender denúncia do MP, e
545 tem que ser porque senão (...) legal. Mas, eu acredito que só vai conseguir aprimorar isso aí
546 se tiver realmente a descentralização dos núcleos. Para quê que foram criados os núcleos
547 regionais? Para quê? Para ter nome de núcleo e ter um coordenador? Não acredito que foi
548 por isso né? Foi criado como núcleo nos locais lá, regionais, para ter estrutura. Para ter
549 prioridade de atendimento e de fiscalização também. Então não entendo até hoje, tantos
550 anos que criou esses núcleos e até hoje você encontra núcleos aí com cinco ou seis pessoas,
551 você encontra núcleo com um técnico. Acho que está na hora do Estado e a Secretaria do
552 Meio Ambiente botarem a mão na cabeça e ver o tanto de dinheiro que gera e que arrecada?
553 Que deve estar indo para pagar dívidas ou outras coisas que for do Estado, não retornando
554 isso aí para o meio ambiente e realmente estabelecer o quê que é a estrutura mínima do
555 núcleo para poder ser tratado e funcionar como núcleo. Se não, nada mais é do que um
556 escritório de atendimento. Eu acho que não é para essa função que ele foi criado. Só como
557 sugestão para isso aí. Sucesso para você, para sua equipe. Não é fácil mexer com
558 fiscalização não, eu já trabalhei muitos anos com isso e são poucos que gostam de mexer
559 com fiscalização, tem esse detalhe também Ernesto. Se você pegar dez técnicos aí, quem
560 quer mexer com fiscalização? Você vai oito para processamento e dois para a fiscalização.
561 Então não é qualquer um que tem o perfil, que gosta de lidar com isso, talvez um pouco da
562 dificuldade de locação de pessoal lá, tá? Parabéns e sucesso para vocês aí”. Bruno Diretoria
563 Regional de Fiscalização: “Agradeço seus comentários e de fato a gente vê que até pouco
564 tempo atrás, na verdade, a fiscalização era ainda mais concentrada lá em BH. A partir da
565 descentralização, com a criação primeiro dos núcleos, já teve um ganho significativo, os
566 núcleos de fiscalização eu digo. E concordo plenamente que a gente vai chegar realmente
567 no auge quando for ainda mais capilarizada, quando os núcleos regionais de regularização
568 ambiental, hoje núcleos regionais de regularização ambiental, puderem também fiscalizar.
569 Hoje eles até fiscalizam, mas muito pouco e sem essa ligação com a gente aqui. Eles
570 fiscalizam só no âmbito de um DAIA por exemplo que vão conceder. Hoje o foco
571 realmente é a regularização, sendo que em breve, na verdade, ao que tudo indica eles vão
572 passar a compor o IEF, na verdade”. Conselheiro Bérqson Guimarães: “Eu queria trazer



573 uma parabenização sobre o trabalho do Bruno, também do Vitor que está aí. Eu conheço o
574 esforço de vocês com essa demanda enorme, até para administrar o que chega, né? Ou seja,
575 separar as requisições, os ofícios, as denúncias, já envolveria um órgão que teria que ser
576 bem maior do que só vocês. Mas eu acho que esse é um grande desafio do Estado, mas a
577 impressão que a gente tem é que o Estado não quer investir em fiscalização, em regulação
578 ambiental. Apesar de estar arrecadando tanto, ele parece que não quer investir. Porque
579 recurso tem, a gente sabe que há o recurso, há projetos já sendo apresentados para o Estado
580 até nesse sentido da capilarização, da fiscalização, mas parece que há uma, aí na verdade
581 não vou dizer vontade política não, é à vontade política de não fiscalizar. É essa a
582 impressão que nos dá”. Bruno Diretoria regional de Fiscalização: “Agradeço, Dr. Bérqson.
583 Enfim, não vou entrar no mérito do que é vontade ou não, mas me parece que hoje há um
584 indicativo de que as coisas estão começando a mudar, Dr. Bérqson. Tanto que houve a
585 criação do NUCAM que veio a somar também no acompanhamento, na fiscalização dos
586 empreendimentos licenciados. Então me parece que está começando a mudar e eu acredito
587 e espero que sim. Bom, quero agradecer a todos, mas alguém? Não? Vou passar a palavra
588 para o Vitor, que ele vai falar sobre as colocações do conselheiro Antônio Ernesto da última
589 reunião. Vitor, por favor”. Vitor Diretoria de Fiscalização: “Boa tarde, conselheiros. Como
590 o Bruno disse, meu nome é Vitor Sallum, eu estou coordenador do núcleo de denúncias e
591 requisições e na última reunião o Anderson Siqueira passou alguns posicionamentos dos
592 senhores em relação a empreendimentos que em tese estariam irregulares na nossa região.
593 Já vou até me adiantar aqui em relação ao que o Fred falou aí, sobre os núcleos industriais
594 das cidades. Infelizmente esse ponto não veio para a gente ainda, Fred. Foram quatro
595 pontos que foram traçados aqui para a gente de posições dos senhores nessa última reunião,
596 que a gente traz alguns posicionamentos e fiscalizações e outros posicionamentos dentro da
597 estrutura da SEMAD, dentro da legislação vigente sobre todos esses assuntos. O primeiro
598 assunto que foi nos repassado aqui, é sobre o Curtume Atalaia. Eu não sei se exatamente foi
599 o senhor, conselheiro Antônio Ernesto, que fez essa alegação, até mesmo porque todos os
600 conselheiros poderiam fazer e não foi feita em nome de um conselheiro propriamente dito e
601 sim em nome do Conselho todo. Então esse Curtume Atalaia foi objeto da Requisição
602 63161, foi fiscalizado pelo NUCAM, que é o núcleo que o Daniel coordena, foi feito um
603 relatório aqui bem grande, ele é bem extenso, bem minucioso em relação a todos os pontos
604 que envolvem o funcionamento desse empreendimento e nesse sentido, de maneira
605 genérica. Apenas para apresentar para os senhores, até mesmo porque o processo de
606 fiscalização está à disposição de qualquer pessoa, assim como dos conselheiros que
607 quiserem analisar o relatório, verificar a situação de como foi feito. O empreendimento foi
608 autuado por ampliar primeiramente o funcionamento dele e também por estar causando
609 degradação ambiental. A degradação ambiental em relação a esse empreendimento foi
610 constatada pelo nível de Sulfeto acima dos parâmetros, bem como DBO. E aí, nesse sentido
611 também, foi embargado as atividades do empreendimento até a devida adoção das medidas
612 de controle adequadas para ele. Então, em relação a esse empreendimento é isso. Alguém
613 tem algum ponto, alguma coisa para questionar”? Conselheiro Antônio Francisco:
614 “Especialmente com respeito a questão do Curtume Atalaia, na verdade é uma demanda
615 não só, vamos dizer assim, da população de Três Corações, como todo e qualquer
616 transeunte que passa pela Fernão Dias, especialmente quando se passa por ocasião do



617 Distrito, existe lá um cheiro muito desagradável. Quando do licenciamento desse, da
618 revalidação de LO, na apresentação do RADA do Curtume Atalaia, o técnico, não sei,
619 grandes partes dos conselheiros aqui hoje tem questão de três a quatro anos, grande parte
620 dos conselheiros aqui, uma parte grande dos conselheiros estavam aqui presentes, foi dito
621 pelo consultor da empresa, o representante da empresa, que aquele cheiro era ocasionado
622 pelo grande volume, pelo que ficou subentendido, de tiras e pedaços de couro não
623 utilizados na produção que eram armazenados em tambores, em toneis e que eles não eram,
624 então, repassados ou recolhidos, porque eles então não tinham licença ambiental. A licença
625 ambiental estava ainda em fase de julgamento aqui no COPAM e em função disso aquele
626 terrível mau cheiro. Deste então, acredito que esse questionamento do Curtume deve ter
627 sido alguma denúncia ou coisa parecida, porque aí eu pergunto, os senhores enquanto
628 fiscais, também verificaram isso? Aquela grande quantidade de, não sei se sobras, resíduos
629 que estavam sendo armazenados? E segundo, até na ocasião também, para melhor elucidar,
630 foi questionado para esse representante, para esse consultor, o representante da empresa
631 qual tempo ele tiraria aquilo. Não me lembro se sessenta, noventa ou cento e vinte dias, e
632 diz se aquele tempo teria que demandar um pouco mais tempo porque eram carretas e mais
633 carretas de toneis que teriam que ser transportados, pelo que ficou subentendido, para uma
634 empresa de recolhimento desse tipo de detrito. Aquilo demandaria tempo para eles
635 absorverem também toda aquela quantidade e que seriam carretas e mais carretas desse
636 material a ser descartado. Isso também foi constatado? Chegou a alguma conclusão a esse
637 respeito”? Não identificado: “Antônio Francisco, me dirigindo a você, mas todos os
638 conselheiros de maneira geral. Assim, a resposta ao seu questionamento eu vou dar uma
639 resposta geral e uma resposta mais técnica com relação a isso eu vou deixar a cargo do
640 Daniel. Em todas as nossas atividades de fiscalização a gente não se atem a qualquer tipo
641 de denúncia propriamente dito ou um fato. Quando a gente vai ao empreendimento a gente,
642 dentro das normalidades de tipologia do empreendimento, a gente verifica todos os
643 potenciais focos de degradação ambiental ou de qualquer tipo de situação que possa causar
644 algum transtorno do ponto de vista ambiental do empreendimento. Em relação a esse
645 empreendimento, como eu disse aqui, eu não sou técnico, eu sou advogado, mas de
646 qualquer forma a gente trabalha em conjunto com a nossa equipe, a gente tem algumas
647 situações. A gente verificou que o principal foco dessa situação foi a questão do Sulfeto
648 mesmo, que além de tudo, ele também causaria esse mau cheiro. Mas eu vou deixar essa
649 questão técnica em relação a essa situação para o nosso amigo Daniel responder aqui,
650 beleza”? Daniel Iscold coordenador do NUCAM: “Conselheiro, fazendo uma releitura
651 rápida aqui do relatório, porque como o Vitor mesmo disse, é um relatório muito detalhado.
652 Falando de uma maneira geral para vocês, o NUCAM acompanha todas as condicionantes,
653 tanto de lançamento de resíduos, tanto lançamentos de efluentes, efluentes atmosféricos e
654 resíduos sólidos, tá? Então, de acordo com a nossa técnica aqui, ela fez o acompanhamento
655 da destinação de resíduos sólidos e a gente nota que o empreendedor vem destinando os
656 resíduos sólidos do empreendimento, principalmente com relação à serragem de couro.
657 Agora esse resíduo especificamente eu não consegui fazer a releitura aqui agora, não
658 consegui identificar, mas de uma maneira geral o empreendedor tem feito uma destinação
659 de resíduo sólido no empreendimento, não tem ficado resíduo sólido parado no
660 empreendimento, de acordo com esse relatório aqui”. Conselheiro Antônio Francisco:



661 “Essa minha fala está embasada naquilo que então foi dito por ocasião da renovação na
662 licença ambiental. Essa foi então a alegação. Até por isso, inclusive não conheço a situação
663 lá especialmente, embora seja de Três Corações e sinta quando passo lá, como todos que
664 passam, a questão do odor, bastante estranho. Isso eu estou me atendo ao que foi dito por
665 ocasião da renovação da licença ambiental”. Daniel Iscold coordenador do NUCAM:
666 “Então assim, voltando mais uma vez, reafirmando. Inclusive quando a gente nota que
667 existe algum problema, com qualquer tipo de lançamento, com qualquer tipo de geração de
668 resíduos no empreendimento, no momento da lavratura do auto de infração os técnicos do
669 NUCAM têm pedido a adequação. Então assim, até o presente momento a gente não notou
670 problemas com destinação de resíduo sólido do empreendimento. A gente teve algum
671 problema com a questão de licença de transporte, mas isso da questão da licença de
672 transporte não afeta a destinação. É uma adequação que pode ser feita dentro do prazo de
673 validade da licença, obviamente acarreta alguma penalidade para o empreendedor e essas
674 adequações são feitas durante o prazo de validade da licença. Então, qualquer inadequação
675 com relação até mesmo do armazenamento do resíduo no empreendimento, nós solicitamos
676 adequação de imediato. Então não tem ficado irregularidades pendentes no
677 empreendimento mediante ao acompanhamento de condicionantes”. Não identificado:
678 “Então, dando continuidade aqui, outro empreendimento que foi questionado pelos
679 senhores na última reunião, foi em relação a COPASA. Veio uma informação um pouco
680 genérica em relação a isso, tratando sobre a COPASA Varginha. Sabemos que a COPASA
681 aqui em Varginha tem mais de um ponto de captação ou tem mais de um ponto de
682 funcionamento e em relação a isso nós verificamos que existe tanto o funcionamento da
683 ETE São José quanto a ETE Santana. Não veio especificando em relação à qual das duas o
684 COPAM estava solicitando uma fiscalização em relação a isso. Mas de qualquer forma nós
685 trouxemos informações sobre os dois empreendimentos. A ETE São José está inclusa no
686 nosso plano anual de fiscalização, então ela vai passar por uma fiscalização dentro da
687 diretoria de fiscalização, mas provavelmente ainda dentro do Núcleo de Controle
688 Ambiental, para esse ano. Então ela está no nosso Plano Anual de Fiscalização e irá ser
689 fiscalizada com o tempo. Em relação a ETE Santana, ela está em processo de revalidação
690 de licença, isso aí o Juliano pode até trazer mais informações para a gente, mas também vai
691 passar pela fiscalização, mas já no bojo do processo de revalidação de licença junto à
692 diretoria de regularização, que é do César. Então assim, em relação a esse empreendimento
693 propriamente dito a gente veio trazer informação inicialmente para saber qual foi das duas
694 ETES que foram realmente levantada esse ponto de fiscalização, mas para não trazer
695 nenhuma informação vaga pelo menos que os senhores tenham conhecimento de qual é a
696 atuação da Secretaria de Meio Ambiente em relação a esses empreendimentos. Em relação
697 a ETE São José, ela está inclusa no nosso plano anual de fiscalização e irá ser feita uma
698 fiscalização, assim como foi feita no Curtume Atalaia e quanto a ETE Santana, ela está em
699 processo de revalidação de licença e vai ser feita a fiscalização no bojo da diretoria de
700 regularização ambiental”. Conselheiro Antônio Ernesto: “Eu, se me for permitido, após a
701 reunião, eu gostaria de passar um que mandaram para mim pelo WhatsApp para você
702 agregar no teu documentário, ok”? Não identificado: “Outro empreendimento que nos foi
703 demandado em relação pelo COPAM foi em relação ao tratamento de esgotamento
704 sanitário de Elói Mendes. Talvez até por isso tenha acontecido essa confusão aí, Fred,



705 porque isso foi para a gente porque não foi o sistema de tratamento de esgoto sanitário e
706 não propriamente dito o complexo industrial do município. Em relação a esse município,
707 né, a gente elaborou uma resposta aqui para os senhores que trata desse sistema, porque
708 essa atividade é tratada no bojo da Deliberação Normativa 96, que traz alguns termos para
709 os municípios, em relação principalmente a adoção de medidas e termo, quando eu digo, é
710 condição de implemente essa situação. Então eu peço licença, até para eu dar uma lida
711 nesse ofício que a gente elaborou, para conhecimento dos senhores e aí depois trazer qual
712 vai ser a nossa atuação em relação a isso. Em resposta ao questionamento realizado pelo
713 COPAM na 138ª Reunião Ordinária, realizada em 6 de fevereiro de 2017, na qual os
714 conselheiros solicitaram informações sobre a regularidade ambiental do sistema de
715 tratamento de esgoto no município de Elói Mendes, temos a informar o que segue:
716 Inicialmente ressaltamos que conforme disposto no Artigo 30 da Constituição, compete aos
717 municípios organizar e prestar diretamente, ou sobre regime de concessão ou permissão, os
718 serviços públicos de interesse local. Em relação a isso, no que diz respeito ao tratamento de
719 esgoto do município em questão, Elói Mendes, esclarecemos que por meio de consulta ao
720 sistema de informações foi possível verificar que Elói Mendes não dispõe de qualquer
721 documento autorizativo para o exercício da atividade. Não obstante, cumpre destacar que a
722 Deliberação COPAM 96/2006 estabelece que os municípios integrantes do grupo 7, dentre
723 os quais se inclui Elói Mendes, tem até março de 2017 para formalizarem o processo de
724 autorização ambiental de funcionamento para atendimento mínimo de 80% da população
725 urbana, com eficiência de tratamento de 60%. É importante ainda destacar que o SISEMA,
726 por intermédio da FEAM, desenvolve desde 2006 o Programa Minas Trata Esgoto,
727 estruturado para realizar a gestão estratégica da implantação de sistema de tratamento de
728 esgoto nos municípios mineiros. Até 2014 a FEAM disponibilizou anualmente relatórios de
729 acompanhamento das DN's COPAM 96 e 128, entretanto nos anos de 2014 e 2015 procurou
730 se avaliar as carências do sistema de esgotamento sanitário do Estado, referentes a
731 cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto, além de questões relativas a
732 regularização ambiental. Para homogeneizar essa análise, foram estabelecidos três
733 indicadores agrupados em índices denominados índice de avaliação de esgotamento
734 sanitário, composto por três indicadores: percentual de coleta, percentual de tratamento e
735 regularização ambiental. É importante destacar que a avaliação foi dividida em quatro
736 qualificações: bom, médio, ruim e alarmante. Nesse sentido, no que tange ao município de
737 Elói Mendes, conforme relatório Minas Trata Esgotos, foram atribuídos ISN de 40, ou seja,
738 o referido município se encontra em faixa classificada como ruim. Dessa forma, no que
739 tange ao aspecto administrativo em que pese a classificação ruim do empreendimento,
740 aliada a ausência de regularização ambiental pelo município, não há como exigir o
741 cumprimento e implementação da regularização pelo empreendimento antes de findar-se o
742 tempo imposto pela DN 96. Então a gente tem ciência da situação do município em que ele
743 está com esse índice estabelecido pela FEAM como ruim e ainda não tem a regularização
744 ambiental, entretanto, até o final do mês passado a gente não tinha como exigir nenhum
745 tipo de regularização desse empreendimento. Então a partir de agora, findado esse termo, a
746 gente vai poder tomar alguma outra medida administrativa, mas aí a gente pede a
747 compreensão em relação ao tempo, em relação a todos os aspectos que o Bruno já trouxe
748 aos senhores, das nossas limitações administrativas, mas a gente vai fiscalizar o



749 empreendimento também, está incluído também no nosso plano anual de fiscalização, mas
750 até antes de ontem, sexta-feira, a gente não tinha essa possibilidade de exigir
751 administrativamente do empreendimento qualquer tipo de regularização por conta da
752 disposição contida na Deliberação Normativa 96/2006”. Conselheiro Antônio Ernesto: “É
753 muito ruim todos os problemas serem judicializados, acumula o Dr. Bérqson lá e a região,
754 mas a gente gostaria de uma posição aí. Caso não houvesse providência imediatamente isso
755 aí ser repassado ao MP para que? Porque do MP o pessoal tem medo. Então eu acho que
756 seria um modo de forçar todos, não só Elói Mendes, mas todos. Eu recomendo o seguinte,
757 vistoriarem todos esses municípios que ainda não estão regularizados. E só para efeito de,
758 aqui é um achismo meu, eu acho esse percentual de 60% de tratamento de esgoto muito
759 ruim. Eu acho que a gente deveria conseguir índices melhores”. Frederico Massote da
760 SUPRAM Sul de Minas: “Conselheiro, está respondida a sua dúvida ou o senhor quer
761 algum esclarecimento adicional para que a gente possa tentar trazer na próxima reunião?”
762 Conselheiro Antônio Ernesto: “Eu gostaria, só com relação a esse prazo que já expirou de
763 Elói Mendes, mas eu agradeço imensamente, porque eu vi que pelo menos você tomou
764 providencias naquilo que foi solicitado. Então, agradeço a todos os profissionais aqui de
765 terem acolhido esse pleito aí que eu até estava achando que não ia ser possível nessa
766 reunião. Mas, como nós temos mais dois meses para a frente eu acho que já pode ser
767 relatado alguma coisa positiva nesse sentido”. Frederico Massote da SUPRAM Sul de
768 Minas: “Vitor, então a gente. Só para a complementar, a gente aqui já de ofício solicita que
769 os esclarecimentos adicionais possam ser repassados então na próxima reunião pela
770 diretoria de fiscalização, ok? Exato, em relação a esse empreendimento”. Não identificado:
771 ‘Vitor, por gentileza, só se identifica para que fique registrado na gravação”. Vitor
772 Diretoria de Fiscalização: “Como eu disse, né, o empreendimento vai estar, o termo foi
773 cumprido agora, e diante disso nós iremos tomar as providências cabíveis e dentro das
774 nossas possibilidades, como já foram realizadas as explanações aí pelo Bruno. Dando
775 continuidade ao último, eu sei que nós estamos tomando um pouquinho de tempo dos
776 senhores, mas é o último empreendimento que os senhores mesmos questionaram para a
777 gente e diz respeito a Penitenciária de Três Corações. Em relação a esse empreendimento,
778 inclusive com a ajuda do nosso amigo Santos, Carvalho, desculpa. Relativamente a Polícia,
779 que exerce a atividade fiscalizatória aí também da SEMAD, nos ajudando continuamente,
780 até agradecendo a prestação de apoio. Verificamos que, de fato, não existe o tratamento de
781 esgoto e temos até um boletim de ocorrência em relação a isso e por inviabilidade técnica
782 não foram embargadas as atividades, mas o empreendimento foi autuado e tomada as
783 medidas administrativas pertinentes em relação a isso, até mesmo pela Polícia, né. Então
784 também foram tomadas medidas administrativas de penalização, mas não foram
785 embargadas as atividades por inviabilidade técnica do empreendimento. Então são essas as
786 posições que a gente tinha para trazer para os senhores e nos colocamos à disposição desde
787 já para qualquer esclarecimento, qualquer denúncia, qualquer pedido de fiscalização. A
788 Diretoria de Fiscalização está com as portas abertas para isso, não só como conselho, até
789 mesmo como representantes, como cidadãos, qualquer pessoa tem legitimidade e poderes
790 para trazer para o nosso conhecimento qualquer infração da legislação ambiental em âmbito
791 administrativo. Até já deixando em relação a isso, que no site da SEMAD existe uma aba
792 de denúncia, até mesmo para o exercício da cidadania e até mesmo para repassarem aos



793 seus pares, quem tem conhecimento fazer essas denúncias no site da SEMAD porque isso
794 chega ao nosso conhecimento e nós vamos tomar as medidas administrativas cabíveis em
795 relação ao caso”. Conselheiro Antônio Francisco: “A questão da Penitenciária, eu já fiz, há
796 dois ou três anos venho fazendo continuamente ou quase em todas as reuniões, pedindo
797 providências com respeito a Penitenciária. A gente sabe que ela foi idealizada para
798 quinhentos e cinquenta presos e hoje tem quase três mil presos lá, e junto a Penitenciária
799 também foi construído o presídio de Três Corações. Ainda tem toda a aparelhagem para
800 cuidar desse excesso enorme de presos que ainda está lá dentro da Penitenciária hoje. Uma
801 coisa interessante, por exemplo, para quem ouve, sei que a maioria aqui não ouve, tem um
802 programa na Rádio de Três Corações de onze ao meia dia, que chama Cidade em Revista.
803 Todos os dias é narrado a ocorrência policial do dia anterior. Não tem um só dia que não é
804 dito, por sinal é um sargento aposentado da Polícia que faz esse programa da ocorrência
805 policial, não tem um só dia onde não tem dito quatro, cinco, às vezes até dez pessoas foram
806 recolhidas para a Penitenciária. Quer dizer, além de estar lotada, parece que tem um prazer
807 enorme, parece que querem encher mais, como se coubesse mais e mais gente. E uma
808 segunda colocação que eu gostaria de fazer também aqui, enquanto conselheiro. Existe em
809 Três Corações um grupo grande de pessoas, que até por saber que somos conselheiros há
810 seis anos, conselheiros do COPAM há seis anos, até inclusive por ocasião da renovação da
811 licença da QR Alimentos, eu inclusive fiz vários questionamentos com respeito a QR e
812 tecnicamente o pessoal da SUPRAM de maneira muito convincente e competente nos deu
813 uma resposta. Só que, inclusive o Daniel que eu classifico como, considero como excelente
814 analista ambiental, uma pessoa muito séria e competente, foi também uma daquelas pessoas
815 que nos deu esse embasamento, nos transmitiu todo o conhecimento de tudo o que
816 aconteceu lá. Mas, existem várias pessoas que reclamam, não sei se isso é fato, gostaria
817 inclusive que isso fosse passado a Diretoria de Fiscalização, que especialmente nas
818 primeiras horas do dia a QR lança no Rio Verde. Eu sei que tem um monte de espuma na
819 ponte, tem aquela ponte que é famosa, Ponte dos Boiadeiros e depois tem a Ponte da
820 Rodoviária e depois tem uma outra Ponte de Ferro, somente após a Ponte de Ferro é que as
821 espumas, segundo essas pessoas que já narraram começa a se dissipar. E, segundo o relato
822 dessas pessoas, isso é feito na madrugada ou durante as primeiras horas da manhã. Agora,
823 peço como conselheiro que isso seja avaliado pela equipe técnica e por pessoas
824 competentes que conheçam. Estou aqui transmitindo, até enquanto conselheiro, porque eu
825 acho que o conselheiro ele tem muita satisfação a dar a coletividade, por isso que ele é
826 conselheiro. Então, se for verdade, que se apure. Se for uma inverdade que se esclareça.
827 Obrigado”. Vitor Salum Diretoria de Fiscalização: “Senhor conselheiro, nós vamos
828 registrar a sua manifestação como uma requisição do COPAM e vamos ver a possibilidade
829 de atendimento no menor prazo possível, ok”? Presidente Hildebrando Canabrava
830 Rodrigues Neto: “Tem mais algum conselheiro que tenha alguma consideração? Diretoria
831 tem mais alguma coisa? Tudo bem”. Bruno da Diretoria Regional de Fiscalização: “Bom,
832 só para fechar, quero agradecer ao Vitor e ao Daniel pela presença. Quero agradecer a todos
833 os conselheiros e nos colocar à disposição. Como o Vitor falou, nós temos os canais de
834 denúncia que podem ser utilizados pelos senhores ou seus conhecidos e pessoas das suas
835 convivências, que é o próprio site da SEMAD. Tem o número 155 também, que é o Ligue
836 Minas. Pode ser por carta ou a pessoa pode vir aqui também, tem várias formas. Então a



837 gente está aí à disposição e obrigado a todos. Até a próxima”. Presidente Hildebrando
838 Canabrava Rodrigues Neto: “Como não temos mais nenhuma consideração, vamos fechar o
839 Item 3. Iniciar o Item 4 - Exame da Ata da 138ª RO de 06/02/2017. Algum conselheiro tem
840 algum destaque”? Conselheiro Bérqson Guimarães: “Senhor presidente, eu vou me abster
841 de votar, não só porque eu não estava presente, mas porque a instituição que eu represento
842 também não estava presente. Então eu vou apresentar minha abstenção”. Conselheira
843 Soraya: “Eu tenho algumas observações na ata aqui em relação a erros de digitação eu
844 acredito, mas como são várias eu acho desnecessário ficar citando aqui. Eu queria ver se
845 seria pertinente eu encaminhar por e-mail as sugestões de correções para a secretaria”.
846 Presidente Hildebrando Canabrava Rodrigues Neto: “Só registrar que o MP se absteve e
847 quanto ao assunto que a conselheira disse, a gente tinha conversado aqui antes, queria ver
848 com os senhores se todos concordam, porque são vários erros de português e de digitação,
849 né, é coisa que não vai atrapalhar o mérito da ata. Se todos concordarem, a gente pode
850 receber por e-mail e vota essa ata na reunião que vem. Tem algum problema”? Conselheiro
851 Antônio Ernesto: “Como a ata é gravada, eu acredito que foi uma reprodução fiel daquilo
852 que a pessoa falou. Muitas das vezes nós incorremos em erros de português. Nesse caso, eu
853 acho que deve ser mantido *ipsis litteris*, né, exatamente como o pessoal falou. Erro de
854 português vai ter, agora, não comprometendo o essencial, para mim acho que está ok”.
855 Conselheiro Bérqson Guimaraes: “Ali a gente nota, não é questão de erro de português não,
856 acho que é normal também isso, é um processo difícil, né? Eu analisando a ata, eu vi que
857 por exemplo Fhidro, a palavra Fhidro que é o fundo, né? Aí depois que eu entendi que a
858 pessoal quis falar Fhidro, Do Fhidro. Aí lá está uma coisa completamente, iri, ido, isso,
859 alguma coisa assim. Aí realmente fica, a reprodução fica difícil para entender. Mas eu acho
860 assim, que no geral, eu não estava presente, mas reflete o que foi discutido”. Conselheira
861 Soraya: “Eu não anotei aqui essas questões, porque quando a gente vai falando realmente
862 para a frase no meio, volta e não é bem isso. Mas por exemplo, o meu nome está grafado
863 errado. Tem por exemplo aqui, é possível se fazer o embarco, é embargo. Então, assim, são
864 realmente erros de digitação. Talvez por ser professora a gente tem mania de conferir,
865 corrigir tudo, né, então por isso que eu acho um monte de coisas que talvez na leitura
866 corrente passa batido. Mas, não é nada que comprometa o teor da ata. Mas por ser um
867 documento eu acredito que seja adequado a gente fazer essas correções, só isso”. Presidente
868 Hildebrando Canabrava Rodrigues Neto: “Todos os conselheiros concordam que seja feito
869 dessa maneira? Tudo bem? Então a ata vai ser sobrestada, nós vamos receber as correções
870 via e-mail. Eu sugiro que disponibilize via e-mail também para todos antes e a gente votar a
871 ata na próxima reunião. Vamos ao Item 5 - **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**
872 **EXAME DE REQUERIMENTO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL EM**
873 **BIOMA MATA ATLÂNTICA, EM ESTÁGIO DE REGENERAÇÃO MÉDIO OU**
874 **AVANÇADO, NÃO VINCULADOS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL**. Item 5.1
875 foi retirado de pauta a pedido da SUPRAM Sul de Minas. Quanto aos outros itens, eu
876 queria ver com os senhores o seguinte, os senhores concordam de a gente fazer igual foi
877 feito na última reunião? Eu leio todos os itens do cinco, seis e sete, os que forem tendo
878 destaque ou a população querer falar a gente marca e depois vota os outros em bloco.
879 Podemos fazer dessa maneira? Perfeito? Então o 5.1 foi retirado de pauta. **5.2 - João**
880 **Batista Fonseca/Sítio Melado - Agricultura - Campanha/MG - PA/Nº 10020000438/16**



881 - Área de RL: 3,4540 ha - APP: 1,4578 ha - Área Requerida: 4,4430 ha - Área Passível
882 de Aprovação: 0,0000 ha. - Fitofisionomia: Floresta Estacional semidecidual montana
883 Secundária - Estágio de Regeneração: Médio. NRRA Lavras”. Conselheiro Antônio
884 Ernesto: “Eu não queria destaque aqui não, mas é só chamando atenção para o seguinte.
885 Quando existia a COPA ao longo do tempo nós fomos aprimorando, a APAVAR fez o
886 pedido para que fosse colocado toda a borda da propriedade, que fosse marcado ponto por
887 ponto onde ia ser a intervenção e isso aí projetado para que o pessoal tivesse uma melhor
888 visualização. Então como esse foi vetado, porque eu acho que quanto menos desmatar
889 melhor, então nós não vamos fazer destaque aqui. Mas, eu chamo atenção para que volte
890 aquele aprimoramento que nós fizemos na COPA, para que seja projetado aí todas as
891 modificações possíveis e onde esse desmate está no contexto. Porque senão não tem jeito
892 de você saber por aqui como é a situação de lá para a gente poder votar. Então eu gostaria
893 que fosse, o Dr. César está aqui? Eu acho que já foi embora, não sei. Mas ele já fez um
894 trabalho com a equipe muito bom, que nós chegamos a um aprimoramento muito grande.
895 Por exemplo, o caso de autorizar retirada de Candeias para exploração. Dentro da
896 propriedade tem seis, sete fragmentos que vão ser explorados, então se nós não tivermos
897 uma visualização disso vai ficar um negócio genérico e sem o primor que deve ser feito
898 para uma área desse aí”. Presidente Hildebrando Canabrava Rodrigues Neto: “Antes de
899 passar o destaque, só fica a sugestão do conselheiro para a equipe técnica. Só para dizer que
900 existe, no parecer já, uma demarcação. Seria algo a mais do que isso? Só para eu entender,
901 sabe, no parecer tem a demarcação da área. Só para passar direitinho para a equipe se é algo
902 a mais ou se assim está suficiente. Está suficiente? Está suficiente”. Frederico Massote da
903 SUPRAM Sul de Minas: “ Eu participava da extinta COPA, Antônio Ernesto, até aprendi
904 muita coisa com o senhor lá, e os pareceres mantem aquele padrão com a imagem ao final.
905 A única coisa que acho que a gente não se ateu foi de colocar o projetor aqui, mas
906 geralmente aqueles processos quando ocorriam era quando havia pedido de destaque, nós
907 reproduzimos, mas sem problema algum. Nas próximas a gente já deixa o projetor apto aí,
908 para que a gente possa replicar essas imagens”. Conselheiro Antônio Ernesto: “ É o
909 seguinte, apesar de estar ali, mas tem alguns conselheiros que não tem tempo de olhar
910 minuciosamente, então forma uma opinião geral melhor do que a gente que consegue e
911 procura visualizar todos esses problemas, então se fosse geral seria bom”. Presidente
912 Hildebrando Canabrava Rodrigues Neto: “Só para deixar claro que o processo não está em
913 discussão, né, é um assunto geral que está sendo discutido. Podemos continuar? **ITEM 6 -**
914 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO À LICENÇA**
915 **PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 6.1 Art & Com**
916 **Artefatos de Concretos e Construções Eirelli ME. - Usina de produção de concreto**
917 **asfáltico - Tiradentes/MG - PA/Nº 12818/2015/001/2015- Classe 3. Apresentação:**
918 **Supram Alto São Francisco. Desculpa, é o costume. Então vamos para o próximo. Sem**
919 **destaque. ITEM 7 - PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE**
920 **RECURSO AOS AUTOS DE INFRAÇÃO. 7.1 Eduardo Villas Boas Scarpa/Sítio**
921 **Frema - Avicultura de postura - PA/Nº 30759/2012/003/2014 - Pouso Alto/MG - AI/Nº**
922 **63.107/2014 - Apresentação: Supram SM. Sem destaque. Item 7.2 - Neo Nutri**
923 **Suplementos Nutricionais Ltda. - Fabricação de produtos alimentares, não**
924 **especificados ou não classificados. - PA/Nº 04529/2012/003/2014 - Poços de Caldas/MG**



925 - AI/Nº 63.120/2014. Apresentação: Supram SM. Sem destaque. 7.3 - Alexandre
926 Ribeiro Torres e Outro - Avicultura de Postura - PA/Nº 21169/2011/004/2014 – Passa
927 Quatro/MG - AI/Nº 41.334/2014 – Apresentação: Supram SM. É deve ser Passa
928 Quatro, aqui está Passa Outro e eu não conheço os municípios aqui ainda. Sem destaque.
929 7.4 - JF Pasqua Condutores Elétricos Ltda. - Produção de fios e arames de metais e de
930 ligas de metais não-ferrosos, inclusive fios, cabos e condutores elétricos, com fusão, em
931 todas as suas modalidades - PA/Nº 00130/2001/016/2014 - Guaxupé/MG - AI/Nº
932 48.192/2014. Apresentação: Supram SM. Sem destaque. Item 7.5 – Togni S.A.
933 Materiais Refratários - Fabricação de material cerâmico - PA/Nº 111/1986/004/2015 -
934 Poços de Caldas/MG - AI/Nº 48.241/2015. Apresentação: Supram SM. Sem destaque.
935 Item 7.6 Votorantim Cimentos S.A. - Fabricação de explosivos, detonantes, munição
936 para caça e desporto e fósforo de segurança - Itaipava/MG - PA/Nº
937 00015/1979/148/2015 - AI/Nº 64.010/2015. Apresentação: Supram SM. Sem destaque.
938 Item 7.7 - Sense Eletrônica Ltda. - Fabricação de componentes eletroeletrônicos -
939 PA/Nº CAP 435697/2015 - Santa Rita do Sapucaí/MG - AI/Nº 10284/2015 -
940 Apresentação: Supram SM. Sem destaque. O item 7.8 foi retirado de pauta a pedido da
941 SUPRAM Sul de Minas. Item 7.9 - Concrepool Construções e Comércio Ltda. - Usina
942 de Produção de Concreto Comum - PA/Nº CAP 436070/2015- Guaxupé/MG - AI/Nº
943 11.738/2015 - Apresentação: Supram SM. Sem destaque. Item 7.10 - Abatedouro
944 Pradense Ltda. - Abate de animais de pequeno porte (aves, coelhos, rãs, etc.). - PA/Nº
945 436166/2015 - Prados/MG - AI/Nº 41.312/2015 - Apresentação: Supram SM. Sem
946 destaque. Item 7.11 - André Rodrigues da Paixão e Outro - Avicultura de Postura –
947 Machado/MG - PA/Nº CAP 436357/2015 - AI/Nº 10.273/2015 - Apresentação: Supram
948 SM. Sem destaque. Item 7.12 - José Belmiro Monti Neto e Outra - Granja Mayra I -
949 Avicultura de Postura – Pedralva/MG PA/Nº CAP 436635/2016 - AI/Nº 10254/2015 -
950 Apresentação: Supram SM. Sem destaque. Item 7.13 - Extrativa Fertilizantes S.A. -
951 Fabricação de outros produtos químicos não especificados ou não classificados -
952 PA/Nº CAP 438788/2016 - São Tiago/MG - AI/Nº 96.202/2016 - Apresentação:
953 Supram SM. Sem destaque. Item 7.14 - Curtume Tigrão Ltda. - Fabricação de couro
954 por processo completo - PA/Nº CAP 439830/16 - São Sebastião do Paraíso/MG - AI/Nº
955 60.647/2016 - Apresentação: Supram SM. Sem destaque. Item 7.15 - Posto Moinho
956 Ltda. - Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas
957 retalhistas e postos flutuantes de combustíveis. - PA/Nº CAP 440689/16 - São Gonçalo
958 do Sapucaí/MG - AI/Nº 29.576/2016 - Apresentação: Supram SM. Sem destaque. Item
959 7.16 - Multilaser Industrial S/A. - Montagem de máquinas ou aparelhos ou
960 equipamentos para telecomunicação e informática - PA/Nº CAP 440813/16 -
961 Extrema/MG - AI/Nº 29.555/16 - Apresentação: Supram SM. Sem destaque. Item 7.17 -
962 Aviário Santo Antônio Ltda. - Avicultura de Postura - PA/Nº 447569/2016 -
963 Nepomuceno/MG - AI/Nº 29.588/2016. Apresentação: Supram SM. Sem destaque. Item
964 7.18 Frigorífico Correa Lima Ltda. ME. - Abate de animais de médio e grande porte -
965 PA/Nº 443494/16 - Lavras/MG - AI/Nº 60.650/16 - Apresentação: Supram SM. Sem
966 destaque. Então o único processo que teve destaque foi o 5.2 e tiveram dois retirados de
967 pauta, 5.1 e o 7.8. Podemos? Como? Nós vamos colocar em votação todos os outros e
968 depois a gente coloca em discussão, né? Colocando em votação todos os outros itens, além



969 do 5.2, 5.1 e 7.8”. Conselheiro Paulo Carvalho: “A minha dúvida que eu tinha foi
970 esclarecida. Só gostaria de falar qual é e aí vota ele em bloco também. A minha dúvida só
971 nesse processo é que o parecer fala de uma área de liberação de 3,59 e no processo ele fala
972 área passível de aprovação 0 ha. Mas aí o pessoal me explicou que o que está sendo
973 liberado é o estágio inicial, que não vem aqui para aprovação e foi deferido 0,90, né, de
974 estágio médio e por isso que está o 0 aqui. Era só essa dúvida, que foi esclarecida, então eu
975 retiro o meu destaque”. Presidente Hildebrando Canabrava Rodrigues Neto: “Então nós
976 vamos colocar em votação todos os processos, tirando o 5.1 e o 7.8, que foram retirados de
977 pauta. Os conselheiros que estiverem de acordo com o parecer da SUPRAM Sul de Minas,
978 fiquem como estão. Então todos aprovados de acordo com o parecer da SUPRAM Sul de
979 Minas. Tudo bem”. Conselheiro Bérqson Guimarães: “Eu não apresentei destaque porque
980 eu entendi que não era uma questão a ser discutida aqui em termos de destaque. Tem algum
981 representante do Abatedouro Pradense aí ou não? Na verdade, eu acho que isso deve ser
982 colocado aqui. A gente recebe muita demanda da população e o trabalho da gente está
983 ligado ao que vem em termo dos requerimentos, vamos dizer assim, da população, das
984 várias comunidades que a gente atua, e são 176 municípios. E impressionam o número de
985 denúncias que tem vindo de São João Del Rei a respeito desse Abatedouro Pradense. Não
986 sei o que ocorre, não sei se é uma questão de acompanhamento do empreendimento. A
987 gente às vezes recebe denúncias anônimas de fotografias até de descarte de efluentes, falta
988 de tratamento de efluentes, problemas de funcionamento até na área, eu sei que não entra
989 tanto na esfera de atuação da SUPRAM, mas do IMA. Então eu gostaria de fazer esse
990 registro, em função da preocupação que esse empreendimento tem gerado, tem feito.
991 Vamos dizer assim, a gente sabe que é um empreendimento, pela informação que eu tive,
992 tem mais de duzentos empregados, mas eu acho que nós precisávamos ter uma posição de
993 porquê que ocorre tantas infrações e porque que esse licenciamento dele tem sido deferido,
994 né? E ao mesmo tempo continuam as reclamações e as indicações de irregularidade. Muito
995 obrigado”. Presidente Hildebrando Canabrava Rodrigues Neto: “Acho que fica como
996 indicação para o NUDEM, registrar a denúncia e caso seja licenciado, estiver com a licença
997 de operação vigente vai para o NUCAM, se não estiver vai para a Secretaria de
998 Regularização e tomar as medidas cabíveis. Então, fechamos todos os itens da pauta.
999 Encerramento. Eu agradeço a todos pela participação, é um prazer estar aqui presidindo
1000 essa reunião. É a primeira vez que eu vim e fiquei bastante satisfeito. Espero que eu tenha
1001 conseguido alcançar o objetivo de estar aqui e acredito que nós vamos poder trabalhar
1002 muito bem juntos daqui para a frente. É um prazer estar aqui gente. Obrigado a todos”.

1003
1004
1005
